



**PARECER Nº 498/2019 – COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E
ORÇAMENTÁRIA**

Projeto de Lei nº EM 011/2019.

1. Relatório

Trata-se de projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Prefeito, que “Dispõe sobre o Fundo Municipal Imobiliário (FIMOB), desafetação e a alienação de bens públicos na forma que indica e dá outras providências”.

Na justificativa que acompanha o projeto, o autor indica a necessidade de criação do fundo para promover maior transparência e possibilitar maior controle sobre os recursos oriundos da alienação de imóveis do Município.

A Digníssima Comissão de Justiça, Legislação e Redação manifestou-se pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade do projeto.

Passa-se à análise acerca da matéria de competência da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Câmara Municipal de Divinópolis, nos termos do art. 90, inciso II, c/c art. 125, ambos do Regimento Interno – Resolução nº 392 de 23 de dezembro de 2008.

2. Fundamentos

Em análise ao projeto em epígrafe, verifica-se que a criação do Fimob tem o potencial de trazer uma gestão mais transparente e equilibrada para os recursos provenientes das alienações de bens imóveis municipais.

Nesse sentido, esta comissão somente vislumbra benefícios, na medida em que iniciativas que elevem o grau de transparência no trato dos recursos municipais vão ao encontro dos anseios da sociedade.

3. Conclusão

Em face do exposto, é o presente parecer pela aprovação do projeto.



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

Divinópolis, 20 de dezembro de 2019.

Vereador Eduardo Print Júnior
Membro– Relator

Vereador Josafá Anderson
Presidente

Vereador Raimundo Nonato
Secretário